



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 105/2015
(Autoria dos Deputados Felipe Francischini e Rasca
Rodrigues)

Instituição do Dia Estadual do Skate e da Semana
Estadual de Fomento ao Skate no Estado do Paraná.

Art. 1º Institui o Dia Estadual do Skate, a ser comemorado anualmente em 21 de junho.

Art. 2º Institui a Semana Estadual de Fomento ao Skate, a ser celebrada na semana do dia 21 de junho, com caráter de evento oficial, objetivando desenvolver ações e campanhas que esclareçam a importância e incentivem a prática das diversas modalidades do esporte.

Art. 3º As datas ora instituídas passam a integrar o Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

Art. 4º Na semana estipulada serão desenvolvidas as seguintes atividades, ações e campanhas:

I - estímulo da prática esportiva do skate;

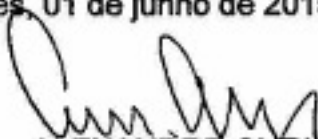
II - realização de atividades educativas e recreativas em espaços públicos e privados, desde que devidamente autorizadas;

III - distribuição de *folders*, cartazes e adesivos, assim como realização de palestras, peças teatrais e demais eventos culturais que se fizerem necessários, na forma estabelecida pela legislação em vigor.

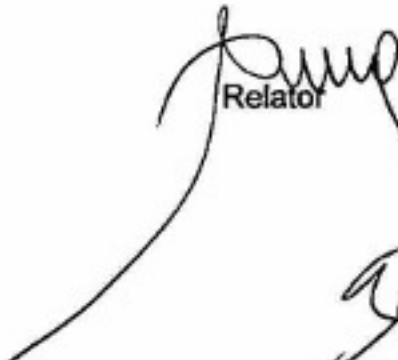
Parágrafo único. A realização das atividades constantes neste artigo respeitará o cronograma definido por seus organizadores e obedecerá aos princípios éticos e morais.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 01 de junho de 2015.



ALEXANDRE CURI
Presidente



Relator





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 242/2015 (Autoria do Poder Executivo)

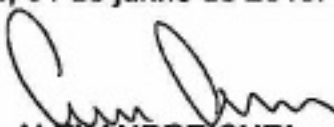
Autorização à Copel Geração e Transmissão S.A., subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia - Copel, para alienar, por meio de licitação, os bens imóveis que específica, localizados no Município de Boa Vista da Aparecida.

Art. 1º Autoriza a Copel Geração e Transmissão S.A., subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia - Copel, a alienar, por meio de licitação, os bens imóveis de sua propriedade, localizados no Município de Boa Vista da Aparecida, registrados no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Capitão Leônidas Marques - Estado do Paraná, conforme relação anexa à presente Lei.

Art. 2º As providências e as despesas para escrituração e registro perante o Cartório de Registro de Imóveis ficam sob a responsabilidade dos adquirentes.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 01 de junho de 2015.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Refator





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI Nº 153/2015

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.
Em, 02 MAR. 2015
[Assinatura]
1º Secretário

Inclui o Dia 19 de agosto como Dia Estadual de Luta da População em Situação de Rua no calendário oficial do Estado do Paraná.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decreta:

Art. 1º Fica incluído, no calendário oficial do Estado do Paraná o "Dia Estadual de Luta da População em Situação de Rua" para incentivar a defesa dos direitos humanos e da dignidade dessa população, a ser celebrado, anualmente, em todo o estado.

Art. 2º O dia 19 de Agosto será dedicado à reflexão coletiva a respeito da importância do conhecimento circunstanciado da situação de riscos pessoal e social em que vivem estas pessoas e as violações aos direitos humanos as quais estão expostas. A data alusiva é uma estratégia de reafirmação da dignidade humana das vítimas e de superação dos estigmas sociais criados por tais violações.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 02 de março de 2015.

Deputado Estadual
[Assinatura]
Tadeu Veneri



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



JUSTIFICATIVA

Entre os dias 19 e 22 de agosto de 2004, quinze pessoas em situação de rua foram brutalmente atacadas e espancadas enquanto dormiam nas imediações da Praça da Sé, em São Paulo. Segundo notícias divulgadas sete pessoas morreram e oito ficaram feridas. Até hoje os crimes não foram solucionados.

A organização desta população se deu após este trágico fato, que ficou conhecido como Chacina da Sé e cominou na criação do Movimento Nacional da População de Rua – MNPR. Tal movimento social é apartidário, sem fins lucrativos e tem como critério básico para participação estar em situação de rua ou ter trajetória de rua. O MNPR luta pela defesa, efetivação e ampliação de direitos constitucionais, que historicamente vem sendo negado a esta população. A luta do MNPR se traduz na defesa de uma sociedade solidária e equânime, na defesa de políticas públicas inclusivas e efetivas, no fortalecimento e instrumentalização das suas bases e na defesa do fortalecimento do controle social e da gestão democrática.

No Estado do Paraná, o Movimento Nacional da População de Rua - MNPR iniciou suas articulações em 2007, e nos anos seguintes se consolidou enquanto um Movimento Social legítimo e reconhecido pela luta em defesa da população em situação de rua. Assumindo a articulação, a organização e a participação em Seminários, Fóruns, Encontros, Oficinas, Comitês e outros espaços de controle social. Visando efetivar, fortalecer e monitorar ações concernentes a Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua, a qual foi instituída pelo



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Decreto Federal nº 7053/2009 e que tem a intersetorialidade como escopo.

Esta iniciativa se molda às diversas ações já organizadas pelo MNPR no Estado e dentre outras já citadas, visa ainda a ampliação e a qualificação das discussões referentes às políticas públicas voltadas para esta população.

Sala das Sessões, 2 de março de 2015.



Tadeu Veneri
Deputado Estadual



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 153/2015

Projeto de Lei n.º 153/2015

Autor: Deputado Estadual Tadeu Veneri

SÚMULA: Inclui o dia 19 de agosto como Dia Estadual de Luta da População em Situação de Rua no calendário oficial do Estado do Paraná..

EMENTA: INSERE NO CALENDÁRIO DIA ESTADUAL DE LUTA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA. POSSIBILIDADE. ART 227 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTIGO 165 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Tadeu Veneri, tem por finalidade inserir no Calendário Oficial Estado do Paraná, O Dia de Luta da População em Situação de Rua, incentivando assim, a defesa dos direitos humanos e da dignidade dessa população, a ser celebrado, anualmente, em todo o estado.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade,



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada.

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

1 - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal n.º 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembleia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

A Constituição Federal dispõe em seu artigo 203, que é de incumbência do Estado proteger todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à integração de pessoas em situação de miséria, senão vejamos:

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

Além disso, conforme abaixo se denota o objeto da ora proposição se amolda ao artigo 165 do mesmo diploma legal:

Art. 165. O Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o projeto em análise não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar Federal nº 95/98, bem como, no âmbito estadual, da Lei Complementar nº 176/2014, as quais dispõem sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.




PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

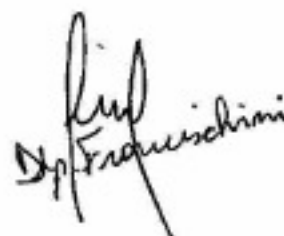
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do presente projeto de lei, em virtude da sua constitucionalidade e legalidade.

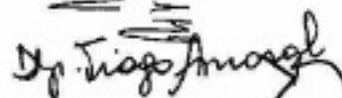
Sala das Comissões, 23 de abril de 2015.


NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


BERNARDO RIBAS CARLI
RELATOR


Dep. Franchini


Dep. Paronelli


Dep. Tiago Amargal


Dep. Pastor


Dep. Claudia


Dep. Ruyton


Dep. Mendes

APROVADO
23/04/15 



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Antônio Kluge

Emenda de Plenário nº 01

DAP 06 MAIO 2015

Visto *Claudio*

DAP

Fls. 18

SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 153/2015

Nos termos do § 2º do art. 137 do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa do Paraná, apresenta-se substitutivo geral ao Projeto de Lei nº 153/2015:

"Instituição do Dia Estadual de Luta da População em Situação de Rua, a ser celebrado anualmente em 19 de agosto.

Art. 1º Institui o Dia Estadual de Luta da População em Situação de Rua, a ser celebrado anualmente em 19 de agosto em todo Estado.

Parágrafo único. A data visa incentivar a defesa dos direitos humanos e da dignidade da população de rua e será dedicada à reflexão coletiva a respeito da importância de se conhecer a situação de risco pessoal e social em que vivem essas pessoas e as violações dos direitos humanos as quais estão expostas.

Art. 2º O dia ora instituído passa a integrar o Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Sala das Sessões, em 6 de maio de 2015.

Tadeu Veneri
Deputado Tadeu Veneri

Requias Filho
Dep. REQUIAS FILHO

Requias de Mello
Dep. REQUIAS DE MELLO

Turini
Dep. TERCILIO TURINI

JUSTIFICATIVA

Sugere-se a presente emenda a fim de adequar o projeto à Lei Complementar nº 176, de 11 de julho de 2014.

14:49 06/05/2015 082233 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER A EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 153/2015

Projetos de Lei nº 153/2015

Autor: Deputado Tadeu Veneri

Súmula: Inclui o Dia Estadual de luta da População em Situação de Rua no calendário oficial do Estado do Paraná.

EMENTA: EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL. POSSIBILIDADE. ARTS. 137, §2º E §5º E ART. 141, I, AMBOS DO REGIMENTO INTERNO DA ALEP. POSSIBILIDADE. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, tem por finalidade inclui o Dia Estadual de luta da População em Situação de Rua no calendário oficial do Estado do Paraná.

Ocorre que, em data de 06 de maio de 2015, durante a Sessão Plenária, o presente projeto de lei recebeu Emenda - Substitutivo Geral. Por esta razão, é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados; (grifo nosso)

II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §2º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como modificativa aquela proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto. (grifo nosso).

§ 5º. Não será admissível emenda substitutiva ou aditiva que não tenha relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal.

Dessa forma, verifica-se que a referida Emenda - Substitutivo Geral apresentado em plenário encontra-se em consonância com ditames constitucionais, haja vista haver relação direta com o projeto inicial, não encontrando óbice ao seu prosseguimento, devendo a mesma ser aprovada.



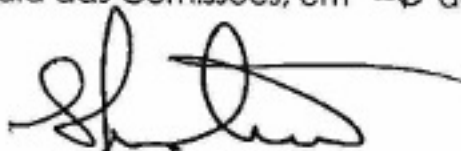
Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO


Diante do exposto, uma vez obedecido o trâmite legal, bem como por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, opina-se pela **APROVAÇÃO** da presente **Emenda Substitutiva Geral** apresentada em Plenário.


Sala das Comissões, em 26 de maio de 2015.



DEP. NELSON JUSTUS
Presidente



DEP. BERNARDO CARLI
Relator

Suplente
Rep. Paulo Lito



Claudio Lacerda


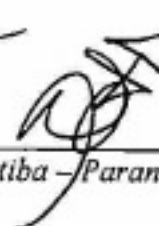


Romualdo


Mussonoro


Gaspar

APROVADO

26/05/15 




Praça Nossa Senhora da Saleta s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

PROJETO DE LEI 297/15

Autorização para a Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná efetuar a alienação dos bens imóveis que especifica, sediados em diversos Municípios do Estado do Paraná.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

Art. 1º Autoriza a Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná – CODAPAR efetuar a alienação dos imóveis relacionados no Anexo Único desta Lei, localizados em diversos Municípios do Estado do Paraná, obedecendo os ditames legais.

Art. 2º A autorização de que trata esta Lei não afasta a obrigatoriedade dos procedimentos exigidos pela Lei nº 15.608, de 16 de agosto de 2007.

Art. 3º As providências e as despesas necessárias para escrituração e registro perante o Cartório de Registro de Imóveis ficam sob a responsabilidade dos adquirentes.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO ÚNICO

ORDEM	MUNICÍPIO	MATRÍCULA	CRI	DESCRIÇÃO
1	Cambé	17.041	2º CRI Cambé	Barracões
2	Cruzeiro do Oeste	6.784	CRI Cruzeiro do Oeste	Terreno
3	Ivaiporã	30.968	CRI Ivaiporã	Armazém
4	Mallet	3.705	CRI Mallet	Terreno
5	Ortigueira	1.859	CRI Ortigueira	Residência em Alvenaria
6	Paranavaí	1.292/1.293/1.294	2º CRI Paranavaí	Armazém
7	Paranavaí	11.392	1º CRI Paranavaí	Armazém
8	Santa Helena	7.080	CRI Santa Helena	Terreno
9	Santo Antônio do Sudoeste	161	CRI Santo Antônio do Sudoeste	Armazém
10	São João do Caiuá	6.006	CRI Alto Paraná	Armazém
11	Tibagi (Caetano Mendes)	2.285	CRI Tibagi	Armazém
12	Toledo	32.233	1º CRI Toledo	Prédio

MENSAGEM

Nº 019/2015

Curitiba, 14 de abril de 2015.



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 22 ABR. 2015

1º Secretário

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar a Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná – CODAPAR a efetuar a alienação dos imóveis que especifica, sediados em diversos Municípios do Estado do Paraná, obedecidos ditames legais.

Os imóveis em questão, localizados nos Municípios de Cambé (matrícula nº 17.041), Cruzeiro do Oeste (matrícula nº 6.784), Ivaiporã (matrícula nº 30.968), Mallet (matrícula nº 3.705), Ortigueira (matrícula nº 1.859), Paranavaí (matrículas nºs 1.292, 1.293, 1.294 e 11.392), Santa Helena (matrícula nº 7.080), Santo Antônio do Sudoeste (matrícula nº 161), São João do Caiuá (matrícula nº 6.006), Tibagi (matrícula nº 2.285 – Caetano Mendes) e Toledo (matrícula nº 32.233), pertencem à Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná – CODAPAR.

Tendo em vista que, atualmente, os imóveis não estão sendo utilizados, as propriedades foram declaradas inservíveis pela CODAPAR, em função de não atenderem mais às necessidades daquela Companhia, sendo assim autorizada suas alienações, conforme Termos de Inservibilidade acostados às fls. 25, 44, 57, 79, 129, 151, 174, 204, 231, 276, 317, 339 e 363 e Atas das Reuniões do Conselho de Administração da CODAPAR constantes do protocolado nº 13.370.481-7-SID.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado ADEMAR TRAIANO
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 13.370.481-7

22/04/15 001818 DAP



PARECER

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o Projeto de Lei (PL) nº 297, de 2015 (mensagem nº 19, de 2015, na sua origem) que prevê a *"autorização para a Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná efetuar a alienação dos bens imóveis que especifica, sediados em diversos municípios do Paraná"*

Relator: Dep. PEDRO LUPION

i. Relatório

Trata-se do Projeto de Lei (PL) nº 297, de 2015, de autoria do Poder Executivo (mensagem nº 19, de 2015, na sua origem), o qual objetiva autorizar a Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (ADAPAR) a efetuar a alienação de bens imóveis que especifica, sediados em diversos municípios do Estado do Paraná, em observância ao que prevê a Lei Estadual nº 15.608, de 2007.

Até o momento, não foram apresentadas emendas.

Uma vez encaminhado a esta Comissão, nos termos regimentais, foi designado o Parlamentar que ora subscreve como relator da matéria.

É O RELATÓRIO.



ii. Fundamentação

Nos termos do artigo 33-A¹ do RIALEP compete a esta Comissão de Constituição e Justiça emitir parecer acerca da constitucionalidade (formal e material), legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, das proposições em trâmite perante esta e.Casa Legislativa.²

Em um primeiro momento, o autor é legítimo a apresentar proposições, uma vez que se trata de membros desta e.Casa Legislativa e considerando o teor do artigo 65³ da Constituição Estadual e do artigo 124⁴ do RIALEP.

No que tange ao objeto do projeto em tela, imperioso mencionar o que dispõe o artigo 10, parágrafo único da Constituição do Estado do Paraná, que trata da alienação dos bens imóveis do Estado, especialmente, a título oneroso, com autorização prévia, conforme segue:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Parágrafo único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembleia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma

¹ Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

1 - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

² Sobre o Controle de constitucionalidade prévio realizado por esta Comissão de Constituição e Justiça V. LANZA, Pedro. DIREITO CONSTITUCIONAL, 16ª.Ed. rev. atual. e ampl. São Paulo:Saraiva, 2012, o qual menciona em síntese que a Comissão de Constituição e Justiça cumpre o papel de realizar o controle de constitucionalidade preventivo, próprio do nosso sistema, cuja importância remonta aos princípios basilares do Estado de Direito, pois é através dele que se evitam as arbitrariedades contra os cidadãos e se colocam limites ao poder estatal. Concluindo que 'O Legislativo verificará, através de suas comissões de constituição e justiça, se o projeto de lei, que poderá virar lei, contém algum vício a ensejar a sua inconstitucionalidade'.

³ Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

⁴ Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo meu)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná



das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Ainda, a Lei Estadual nº 15.608, de 16 de agosto de 2007, estabelece regras para a alienação de bens da Administração Pública, conforme segue:

Art. 6º. A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:
(...)

III – autorização legislativa para os bens imóveis, bem como para bens móveis quando envolver alienação de controle societário de economia mista e empresa pública;

Dispõe sobre o tema também a Lei Federal nº 8666/93, a qual versa sobre licitações:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:
(...)

e) venda a outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo;

Cumprе salientar que tal iniciativa legislativa, prevista na Constituição do Estado do Paraná, artigo 87, é do Governador do Estado, conforme segue:

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

(...)

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração estadual, na forma da lei;

No que concerne a juridicidade, o PL está em perfeita harmonia considerando que: (i) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; (ii) a matéria nele ventilada traz inovações ao ordenamento jurídico; e (iii) está em perfeita consonância com os princípios gerais do Direito.

Quanto à técnica legislativa, não há qualquer óbice ao texto do projeto, estando todos de acordo com as normas impostas pela Lei Complementar nº 95, de 26/2/98, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26/4/01.

Igualmente o PL coaduna com o que determina a Lei Complementar Estadual nº 176 de 11 de julho de 2014.



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná




Ante o exposto, **VOTO** pela **APROVAÇÃO** do presente PL.


É O VOTO.


iii. Conclusão


Ante o parecer e as razões acima expostas concluo pela **APROVAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 297, de 2015**, de autoria do PODER EXECUTIVO.

SALA DAS COMISSÕES, 27 de Abril de 2015


DEPUTADO PEDRO LUPION
RELATOR


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE



Dep. Demarelli


Dep. Francisdimi


Dep. Carlos


Dep. Quinto


Dep. Pastor


APROVADO

27.04.15



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 18ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 297/15

RELATÓRIO

O Projeto de Lei em análise é oriundo do Poder Executivo - Mensagem nº 019/15, que autoriza a Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná - CODAPAR a efetuar a alienação dos imóveis que especifica, sediados nos Municípios de Cambé, Cruzeiro do Oeste, Ivaiporã, Mallet, Ortigueira, Paranavai, Santa Helena, Santo Antônio do Sudoeste, São João do Caiuá, Tibagi e Toledo, obedecidos ditames legais.

Preliminarmente constatamos que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do seu Relator Deputado Pedro Lupion e após sua análise constitucional exarou o devido parecer favorável, sendo o mesmo aprovado.

FUNDAMENTAÇÃO

Procedida à análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a observar que a proposta encontra-se justificada.

Constata-se que o autor da matéria tem legitimidade para propor o Projeto de Lei em questão, consoante o art. 65 da Constituição Estadual.

Da mesma forma a Constituição Estadual em seu art. 10 parágrafo único, dispõe sobre as alienações dos bens imóveis do Estado, mais especificamente no que tange a autorização prévia da Assembleia Legislativa do Estado.

Sendo assim, a matéria encontra-se em perfeita consonância com a Lei Complementar Federal nº 101/00.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 18ª Legislatura
Comissão de Finanças


Ainda observa o autor, de acordo com o art. 3º da Proposta de Lei, que as despesas necessárias para a escrituração e registro perante o Cartório de Registro de Imóveis, ficam sob a responsabilidade dos adquirentes.

CONCLUSÃO

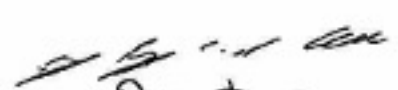
Assim sendo, nada encontramos que possa impedir a normal tramitação processual legislativa, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL** ao Projeto de Lei em tela.


É o parecer.

Sala das Comissões, 13/05/15


DEPUTADO GILSON DE SOUZA
PRESIDENTE


DEPUTADO ELIO RUSCH
RELATOR


Dep. Traigo


Dep. Scanavacca


Dep. Lúcio



PROJETO DE LEI 296/15

PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Autorização para a Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná efetuar a alienação, por permuta, do imóvel que especifica localizado no Município de Toledo.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

Art. 1º Autoriza a Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná – CODAPAR, sociedade de economia mista vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB, a alienar, por permuta, o bem imóvel de sua propriedade localizado no Município de Toledo, registrado sob Matrícula nº 7.938, do Cartório de Registro de Imóveis de Toledo, composto por conjunto de Lotes nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 9 e 10 da Quadra nº 539, com área total de 4.279,50 m² e edificações, com identificação fiscal nº 0002.420.0040.0185.000, localizado na esquina das Ruas Rio Grande do Sul e Vitor Hugo, pelo imóvel (terra nua) de propriedade da Prefeitura Municipal de Toledo, com área de 8.348,11 m², constituído pela chácara nº 71, originária do desmembramento do Lote Rural nº 19.A.1 do Perímetro A da Fazenda Britânia, com Matrícula sob nº 61.995, conforme certidão expedida pelo 1º Serviço de Registro de Imóveis de Toledo, local esse onde o Município construirá, às suas expensas, um armazém/escritório de no mínimo 1.500,00 m², conforme projetos elaborados pela CODAPAR.

§ 1º As edificações de que trata o *caput* deste artigo deverão ser executadas de acordo com os Projetos de Construção previamente aprovados pela CODAPAR e seus valores deverão compensar a diferença do valor do imóvel pertencente àquela Companhia e o valor do imóvel oferecido em permuta pelo Município de Toledo.

§ 2º A formalização da permuta no Cartório de Registro de Imóveis competente fica condicionada à conclusão das edificações de que trata o *caput* deste artigo, a serem realizadas pelo Município de Toledo.

Art. 2º As providências e as despesas para escrituração e registro perante o Cartório de Registro de Imóveis ficam sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Toledo.

Art. 3º A permuta deverá obedecer os ditames da Lei nº 15.608, de 16 de agosto de 2007.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

**LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.**

Em, 22 ABR. 2015

1º Secretário

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar a Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná – CODAPAR, sociedade de economia mista vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB, a alienar, por permuta, o bem imóvel de sua propriedade localizado no Município de Toledo, registrado sob Matrícula nº 7.938, do Cartório de Registro de Imóveis de Toledo, composto por conjunto de Lotes nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 9 e 10 da Quadra nº 539, com área total de 4.279,50 m² e edificações, com identificação fiscal nº 0002.420.0040.0185.000, localizado na esquina das Ruas Rio Grande do Sul e Vitor Hugo, pelo imóvel (terra nua) de propriedade da Prefeitura Municipal de Toledo, com área de 8.348,11 m², constituído pela chácara nº 71, originária do desmembramento do Lote Rural nº 19.A.1 do Perímetro A da Fazenda Britânia, com Matrícula sob nº 61.995, conforme certidão expedida pelo 1º Serviço de Registro de Imóveis de Toledo, local esse onde o Município construirá, às suas expensas, um armazém/escritório de no mínimo 1.500,00 m², conforme projetos elaborados pela CODAPAR.

Vale mencionar que no texto do Anteprojeto de Lei aqui proposto constam dispositivos expressos no sentido de que: as edificações deverão ser executadas de acordo com os Projetos de Construção previamente aprovados pela CODAPAR; seus valores deverão compensar a diferença do valor do imóvel pertencente àquela Companhia e o valor do imóvel oferecido em permuta pelo Município de Toledo; a formalização da permuta no Cartório de Registro de Imóveis competente ficará condicionada à conclusão das edificações a serem realizadas pelo Município de Toledo; as providências e as despesas para escrituração e registro perante o Cartório de Registro de Imóveis ficam sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Toledo; e, ainda, a permuta deverá obedecer os ditames da Lei nº 15.608, de 16 de agosto de 2007.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICHIA
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado ADEMAR TRAIANO
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 13.295.249-3

I – À DAP para leitura no expediente.
II – À DL para providências.
Em, 22/04/2015

Presidente



22/04/2015 00:18:17 DAP



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 296/2015

Projeto de Lei nº 296/2015

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 18/2015

Súmula: Autorização para a Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná efetuar a alienação, por permuta, do imóvel que especifica localizado no Município de Toledo.

EMENTA: ALIENAÇÃO DE IMÓVEL DA CODAPAR POR PERMUTA. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTIGO 17 DA LEI FEDERAL 8.666/93. LEI ESTADUAL Nº 15.608/07. CONSTITUCIONAL. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. PARECER PELA APROVAÇÃO

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 18/2015, visa autorizar a Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná - CODAPAR a efetuar a alienação, por permuta, do imóvel que especifica localizado no Município de Toledo.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ademais, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Parágrafo único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembleia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Ainda, a Lei Estadual nº 15.608, de 16 de agosto de 2007, estabelece regras para a alienação de bens da Administração Pública, conforme segue:

Art. 6º. A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



(...)

III – autorização legislativa para os bens imóveis, bem como para bens móveis quando envolver alienação de controle societário de economia mista e empresa pública;

Ademais o Art. 17, I, da lei n. 8.666/93, preceitua:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

Cumpre salientar que tal iniciativa legislativa, prevista na CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ, artigo 87, é do Governador do Estado, conforme segue:

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

(...)

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração estadual, na forma da lei;

Desta feita, verifica-se que a iniciativa legislativa do Poder Executivo está perfeitamente dentro da Constitucionalidade e Legalidade.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar 95/98 destinada a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, bem como, no âmbito estadual, da Lei Complementar nº 176/2014.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 23 de abril de 2015.

Dep. Tiago Amoral
Dep. Sauerbe
APROVADO
27.04.15

NELSON JUSTUS
Presidente

ALEXANDRE CURI
Relator

Dep. Romanelli
Dep. Cláudio
Dep. Francisco
Dep. Guto
Dep. Pastor

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 18ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 296/15

RELATÓRIO

O Projeto de Lei em análise é oriundo do Poder Executivo - Mensagem nº 018/15, que autoriza a Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná – CODAPAR, efetuar a alienação, por permuta, o bem imóvel de sua propriedade localizado no Município de Toledo, registrado sob Matrícula nº 7.938, do Cartório de Registro de Imóveis de Toledo, composto por conjunto de Lotes nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 9 e 10 da Quadra nº 539, com área total de 4.279,50 m² e edificações, com identificação fiscal nº 0002.420.0040.0185.000, localizado na esquina das Ruas Rio Grande do Sul e Vitor Hugo, pelo imóvel (terra nua) de propriedade da Prefeitura Municipal de Toledo, com área de 8.348,11 m², constituído pela chácara nº 71, originária do desmembramento do Lote Rural nº 19.A.1 do Perímetro A da Fazenda Britânia, com Matrícula sob nº 61.995, conforme certidão expedida pelo 1º Serviço de Registro de Imóveis de Toledo, local esse onde o Município construirá, as suas expensas, um armazém/escritório de no mínimo 1.500,00 m², conforme projetos elaborados pela CODAPAR.

Preliminarmente constatamos que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do seu Relator Deputado Alexandre Curi e após sua análise constitucional exarou o devido parecer favorável, sendo o mesmo aprovado.

FUNDAMENTAÇÃO

Procedida à análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a observar que a proposta encontra-se justificada.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 18ª Legislatura
Comissão de Finanças

Constata-se que o autor da matéria tem legitimidade para propor o Projeto de Lei em questão, consoante o art. 65 da Constituição Estadual.

Da mesma forma a Constituição Estadual em seu art. 10 parágrafo único, dispõe sobre as alienações dos bens imóveis do Estado, mais especificamente no que tange a autorização prévia da Assembleia Legislativa do Estado.

Sendo assim, a matéria encontra-se em perfeita consonância com a Lei Complementar Federal nº 101/00.

Ainda observa o autor, de acordo com o art. 2º da Proposta de Lei, que as despesas decorrentes da escrituração e registro perante o Cartório de Registro de Imóveis, ficam sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Toledo.

CONCLUSÃO

Assim sendo, nada encontramos que possa impedir a normal tramitação processual legislativa, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL** ao Projeto de Lei em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, 13/05/15

Dep. Thiago

DEPUTADO GILSON DE SOUZA
PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

Dep. Lúcio

Dep. Elísio



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI N.º 364/2015

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 12 MAIO 2015

1º Secretário

Súmula: Altera o objeto constante no anexo XI do Plano de Aplicação da Lei nº 18.409 de 29 de dezembro de 2014.

Art. 1º - Fica alterado o objeto constante no anexo XI, com protocolo de nº 244, de iniciativa do Poder Legislativo do Plano de Aplicação da Lei nº 18.409, de 29 de dezembro de 2014, que passará a figurar com a seguinte descrição: projeto/atividade 4305 – Gestão de Projetos, Restauração e Construção de Obras do Sistema Multimodal de Transporte, Construção de Rodovias Estaduais e/ou Municipais, objeto: 2546. Destinatário: realização das obras e a prestação de serviços para duplicação, operação, conservação e implantação de melhorias do corredor da Pr - 323 entre os Municípios de Maringá e Francisco Alves – Programa de Parceria Público Privado – P.P.Ps.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder as alterações orçamentárias na Lei nº 18.409, de 29 de dezembro de 2014, em decorrência do contido nesta Lei.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em

FERNANDO SCANAVACA
DEPUTADO ESTADUAL



JUSTIFICATIVA

Estamos apresentando o presente Projeto de Lei, com o objetivo de corrigir, unicamente, o objeto que saiu trocado, e continua com a mesma dotação orçamentária já aprovada pela Lei nº 18.409, de 29 de dezembro de 2014, quando o objetivo do autor era destinar recursos para realização das obras e a prestação de serviços para duplicação, operação, conservação e implantação de melhorias do corredor da Pr - 323 entre os Municípios de Maringá e Francisco Alves – Programa de Parceria Público Privado – P.P.Ps., através da emenda à despesa aprovada e protocolada sob nº 244.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para aprovação da presente proposição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

el 18409 - 29 de Dezembro de 2014

Publicado no Diário Oficial nº. 9362 de 30 de Dezembro de 2014

Súmula: Estima a Receita e Fixa a Despesa para o exercício financeiro de 2015.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Seção I **DAS DISPOSIÇÕES COMUNS**

Art. 1.º Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício financeiro de 2015, compreendendo:

- I - os Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta;
- II - o Orçamento do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná;
- III - o Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista.

SEÇÃO II **DA ESTIMATIVA DA RECEITA**

Art. 2.º A Receita Total apresenta a previsão da Receita Bruta, no montante de R\$ 49.181.685.570,00 (quarenta e nove bilhões, cento e oitenta e um milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil, quinhentos e setenta reais), e as deduções para a formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, no valor de R\$ 4.771.482.790,00 (quatro bilhões, setecentos e setenta e um milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil, setecentos e noventa reais), ficando a despesa fixada no montante da Receita Líquida prevista em R\$ 44.410.202.780,00 (quarenta e quatro bilhões, quatrocentos e dez milhões, duzentos e dois mil, setecentos e oitenta reais).

Parágrafo único. A Receita será realizada mediante a arrecadação de Tributos e o Ingresso de Outras Receitas Correntes e de Capital, conforme dispõe o art. 41 da Lei nº 18.178, de 5 de agosto de 2014 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2015) e a Legislação Estadual nas especificações do Anexo I e de acordo com o seguinte desdobramento:

EM R\$ 1,00

RECEITAS DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADO BRUTAS	R\$	43.659.835.430
RECEITAS CORRENTES	R\$	41.987.803.650
RECEITAS DE CAPITAL	R\$	1.672.031.780
RECEITAS DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADO LÍQUIDAS	R\$	38.888.352.640
RECEITAS CORRENTES - BRUTA	R\$	41.987.803.650
DEDUÇÕES PARA O FUNDEB (-)	R\$	4.771.482.790
RECEITAS CORRENTES - LÍQUIDAS PARA A FIXAÇÃO DA DESPESA	R\$	37.216.320.860

4190 - INTEGRAÇÃO CULTURAL

132 - Antonina

814 OBJETO: PROMOÇÃO E INCENTIVO CULTURAL - (DESPESAS DE MANUTENÇÃO)
COMPLEMENTO: TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS PARA INCENTIVOS DE PROGRAMAS E AÇÕES CULTURAIS
DESTINATÁRIO: RECURSOS PARA PROMOÇÃO E INCENTIVO CULTURAL - CARNAVAL NO MUNICÍPIO DE ANTONINA

Nat. Despesa	Unid. Medida	Qtde.	Valor
33994100	R\$	1	R\$ 300.000,00

230 - Cascavel

824 OBJETO: REFORMAS E/OU REPAROS EM PRÉDIOS E ESPAÇOS PÚBLICOS CULTURAIS
COMPLEMENTO: RECURSOS PARA REFORMAS E/OU REPAROS EM PRÉDIOS E ESPAÇOS PÚBLICOS CULTURAIS
DESTINATÁRIO: RECURSOS PARA REFORMAS NO TEATRO BARRAÇÃO NA UNIOESTE - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL

Nat. Despesa	Unid. Medida	Qtde.	Valor
44995100	M²	1.000	R\$ 1.300.000,00

364 - Guaratuba

813 OBJETO: PROMOÇÃO E INCENTIVO CULTURAL - (DESPESAS DE MANUTENÇÃO)
COMPLEMENTO: TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS PARA INCENTIVOS DE PROGRAMAS E AÇÕES CULTURAIS
DESTINATÁRIO: RECURSOS PARA PROMOÇÃO E INCENTIVO CULTURAL - CARNAVAL NO MUNICÍPIO DE GUARATUBA

Nat. Despesa	Unid. Medida	Qtde.	Valor
33994100	R\$	1	R\$ 300.000,00

474 - Londrina

836 OBJETO: PROMOÇÃO E INCENTIVO CULTURAL - (DESPESAS DE MANUTENÇÃO)
COMPLEMENTO: TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS PARA INCENTIVOS DE PROGRAMAS E AÇÕES CULTURAIS
DESTINATÁRIO: RECURSOS PARA REALIZAÇÃO DO CARNAVAL POPULAR DE LONDRINA - EDIÇÃO 2015 E DOS FESTIVAIS DE MÚSICA E TEATRO NO MUNICÍPIO

Nat. Despesa	Unid. Medida	Qtde.	Valor
33994100	R\$	1	R\$ 1.000.000,00

4251 - GESTÃO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO E DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

312 - Fazenda Rio Grande

659 OBJETO: CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS - (DESPESAS DE MANUTENÇÃO) DESTINADAS À ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA E PROTEÇÃO AO IDOSO E INDIVÍDUO EM SITUAÇÃO DE RISCO
COMPLEMENTO: RECURSOS PARA ATENDER DESPESAS DE MANUTENÇÃO
DESTINATÁRIO: RECURSOS PARA MANUTENÇÃO DO LAR DO IDOSO DE FAZENDA RIO GRANDE

Nat. Despesa	Unid. Medida	Qtde.	Valor
33994100	R\$	1	R\$ 1.000.000,00

4294 - GESTÃO DA CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DO MEIO AMBIENTE - FEMAMAP

636 - Ponta Grossa

823 OBJETO: IMPLANTAR INFRA-ESTRUTURA EM PARQUES AMBIENTAIS
COMPLEMENTO: IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA EM PARQUES AMBIENTAIS
DESTINATÁRIO: RECURSOS PARA CONSTRUÇÃO DO LAGO DE OLARIAS NO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

Nat. Despesa	Unid. Medida	Qtde.	Valor
44995100	PARQUE	1	R\$ 1.000.000,00

840 OBJETO: IMPLANTAR INFRA-ESTRUTURA EM PARQUES AMBIENTAIS
COMPLEMENTO: IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA EM PARQUES AMBIENTAIS
DESTINATÁRIO: RECURSOS PARA MANUTENÇÃO DO MUSEU DE GEOLOGIA E PALEONTOLOGIA DO PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA NO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

Nat. Despesa	Unid. Medida	Qtde.	Valor
44995100	PARQUE	1	R\$ 1.000.000,00

4305 - GESTÃO DE PROJETOS, RESTAURAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE OBRAS DO SISTEMA MULTIMODAL DE TRANSPORTE

190 - Cafelândia

804 OBJETO: CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS ESTADUAIS E/OU MUNICIPAIS
COMPLEMENTO: RECURSOS PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS ESTADUAIS E/OU MUNICIPAIS
DESTINATÁRIO: RECURSOS PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO DA ESTRADA CENTRAL SANTA CRUZ AO DISTRITO DE MELISSA NO MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA

Nat. Despesa	Unid. Medida	Qtde.	Valor
44995100	KM	23	R\$ 10.000.000,00

244 - Cianorte

841 OBJETO: CONTORNOS E TREVOS - OBRAS DE ARTE
COMPLEMENTO: OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE CONTORNO E/OU TREVOS EM RODOVIAS, QUE CORTAM O MUNICÍPIO
DESTINATÁRIO: RECURSOS PARA CONSTRUÇÃO DO ANEL VIÁRIO (CONTORNO) LIGANDO A PR-082 À PR-323 NO MUNICÍPIO DE CIANORTE

Nat. Despesa	Unid. Medida	Qtde.	Valor
44995100	OBRA	1	R\$ 2.000.000,00

290 - Dois Vizinhos



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná



PARECER

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o **Projeto de Lei nº 364, de 2015**, que **altera o objeto constante no anexo XI do plano de aplicação da Lei nº 18.409, de 29 de dezembro de 2014,**

RELATOR: Deputado **PEDRO LUPION**

I. Relatório

Submete-se, nesta oportunidade, ao exame desta Comissão, o Projeto de Lei (PL) nº 364, de 2015, de autoria do Deputado Estadual Fernando Scanavaca, o qual apresenta a súmula supra transcrita.

Conforme consta da justificativa do autor, há erro material no anexo da Lei nº 18.409, de 2014.

Em relação a tramitação, não foram recebidas emendas até a corrente data, vindo a esta Comissão e sendo designado o Parlamentar que ora subscreve como relator da matéria.

É O RELATÓRIO.

Página 1 de 3



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná



ii. Análise

Passo para a análise da constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, conforme a competência Regimental desta Comissão (art. 33-A¹, RIALEP).

Consigne-se que a análise ora realizada é de fundamental importância uma vez que se presta exatamente para evitar a introdução no ordenamento jurídico de norma inconstitucional antes que surja um conflito interindividual e/ou social que a concretize, ou seja, que seja por ela regido, exigindo sua aplicação.

Em relação ao proponente, inegavelmente, é legítimo para apresentar Projetos de Lei conforme se verifica na Constituição Estadual (art. 65²) e no próprio Regimento Interno desta Casa Legislativa (art. 124³).

Quanto ao objeto do projeto de lei em análise, importante consignar que o mesmo visa tão somente corrigir um objeto no Anexo XI da Lei 18409/2014, eis que contém erro material, pois fora disposto erroneamente na redação da Lei.

Ainda, há que se observar que a medida não implica em aumento de gastos, pois a dotação orçamentária para a realização da obra pretendida já está garantida pela referida Lei.

No que tange à técnica legislativa, o projeto em análise não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar Federal nº 95/98, bem como, no âmbito estadual, da Lei Complementar nº 176/2014, as quais dispõem sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

É O VOTO.

¹Art. 33-A [RIALEP] Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

²Art. 65. [CE] A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.(grifo meu)

³Art. 124. [RIALEP] A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.(grifo meu)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



PODER LEGISLATIVO

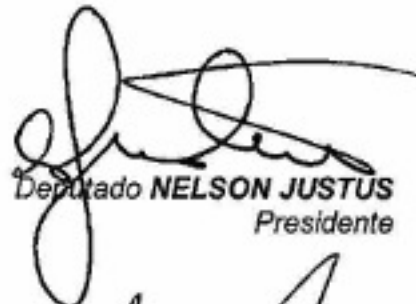
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná






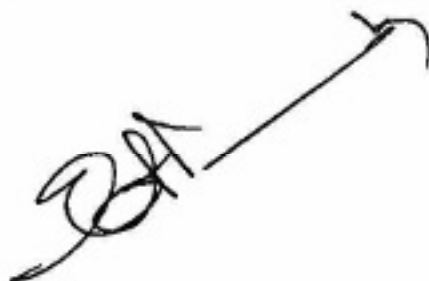


III. Conclusão

Diante do exposto, voto pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 364, de 2015, de autoria do Deputado Fernando Scanavaca.

Sala das Comissões, em 19 de Maio de 2015.


Deputado **NELSON JUSTUS**
Presidente


Deputado **PEDRO LUPION**
Relator







APROVADO

19.05.15



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 364/15

I — RELATÓRIO

O Projeto de Lei acima epigrafado é de autoria do Deputado Fernando Scanavaca, que tem como proposta alterar o objeto constante no anexo XI, com protocolo de nº 841, de iniciativa do Poder Legislativo do Plano de Aplicação da Lei nº 18.409, de 29 de dezembro de 2014, que passará a figurar com a seguinte descrição: projeto/atividade 4305 – Gestão de Projetos, Restauração e Construção de Obras do Sistema Multimodal de Transporte, Construção de Rodovias Estaduais e/ou Municipais, objeto: 2546. Destinatário: realização das obras e a prestação de serviços para duplicação, operação, conservação e implantação de melhorias do corredor da Pr - 323 entre os Municípios de Maringá e Francisco Alves – Programa de Parceria Público Privado – P.P.Ps.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Tal matéria já foi devidamente analisada pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, que emitiu parecer favorável, quanto aos aspectos constitucionais e regimentais. *

A matéria em análise, visa apenas corrigir o objeto no Anexo XI da Lei 18.409/2014, o qual consta erroneamente na redação da Lei.

Destarte a mesma não implicará em aumento de recursos, pois já encontra-se garantida na referida Lei.




III — CONCLUSÃO

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar no projeto de lei em epígrafe, conforme preceitua o artigo 33-C do Regimento Interno, nosso parecer é favorável na forma da emenda modificativa, uma vez comprovados os requisitos constitucionais e legais.

Sala de Reunião das Comissões, 20/05/15.


DEP. NEREU MOURA
Presidente


DEP. Nelson Luersen
Relator


Cláudio Pusch

Missionário



EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 364/2015

Nos termos do § 4º do art. 137 do Regimento Interno, apresenta-se a presente emenda a fim de alterar o teor do art. 1º do Projeto de Lei nº 364/2015:

Art. 1º Altera o objeto constante no anexo XI, com protocolo de nº 841, de iniciativa do Poder Legislativo, do Plano de Aplicação da Lei nº 18.409, de 29 de dezembro de 2014, que passará a figurar com a seguinte descrição: projeto/atividade 4305 - Gestão de Projetos, Restauração e Construção de Obras do Sistema Multimodal de Transporte, Construção de Rodovias Estaduais e/ou Municipais, objeto: 2546. Destinatário: realização das obras e a prestação de serviços para duplicação, operação, conservação e implantação de melhorias do corredor da Pr - 323 entre os Municípios de Maringá e Francisco Alves - Programa de Parceria Público Privada - P.P.Ps.

Sala das Sessões, 20 de maio de 2015.



Deputado NELSON LUERSEN
Relator

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa apenas retificar o número do protocolo do anexo XI da Lei nº 18.409, de 29 de dezembro de 2014, de 244 para 841.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER A EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 364/15

Projetos de Lei nº 364/2015

Emenda Modificativa da Comissão de Orçamento

Súmula: Altera o objeto constante no anexo XI do Plano de Aplicação da Lei nº. 18.409 de 29 de dezembro de 2014.

EMENTA: EMENDA MODIFICATIVA. POSSIBILIDADE. ARTS. 137, §4º E 141, II, DO REGIMENTO INTERNO DA ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO DA EMENDA.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Fernando Scanavaca, tem por finalidade alterar o objeto constante no anexo XI do Plano de Aplicação da Lei nº. 18.409 de 29 de dezembro de 2014.

Ocorre que, em data de 20 de maio de 2015, o presente projeto de lei recebeu Emenda Modificativa proposta pela Comissão de Orçamento. Por esta razão, é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, inciso I, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso II do artigo 141 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

O referido diploma legal, em seu art. 137, §4º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como modificativa aquela proposição que altera outra sem descaracterizar sua essência.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência, (grifo nosso).

Desta forma, verifica-se que a emenda apresentada encontra-se em consonância com ditames constitucionais, bem como não descaracteriza a essência do projeto inicial. Desta forma, não há óbice ao seu prosseguimento, devendo a mesma ser aprovada.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o projeto em análise não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar federal nº 95/98, bem como, no âmbito estadual, a Lei Complementar nº 176/2014, as quais dispõem sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.



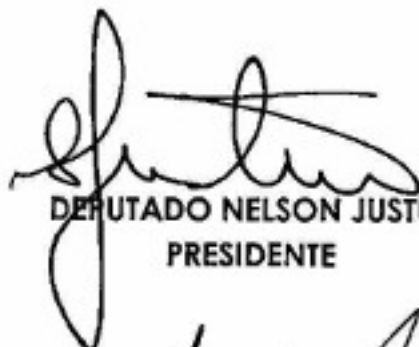
Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



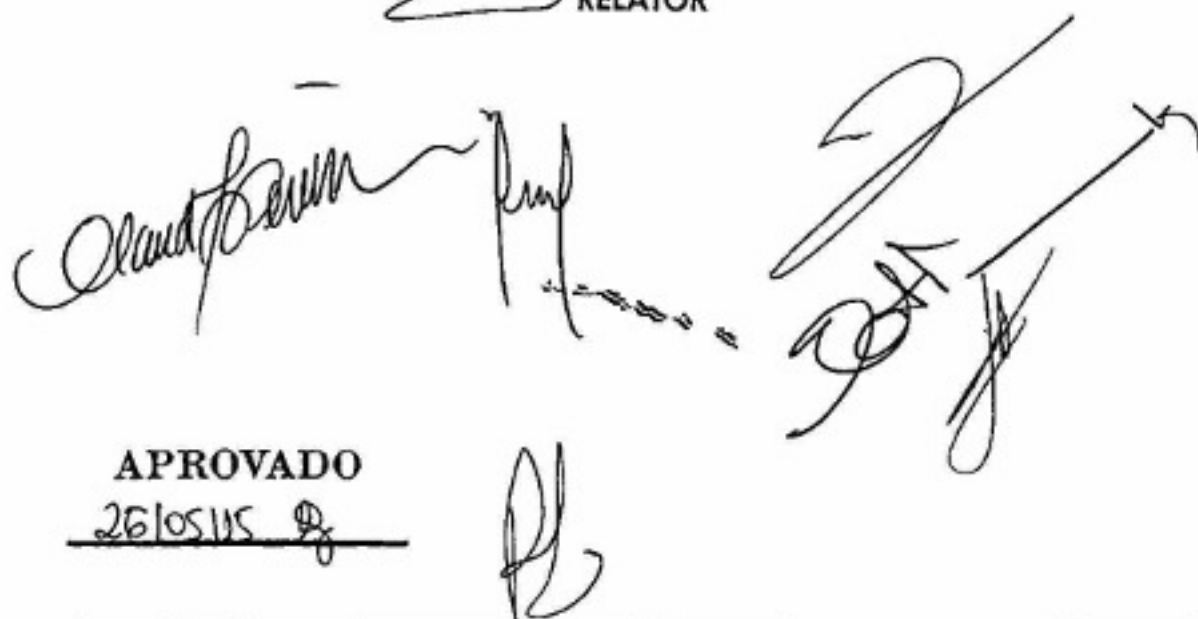
CONCLUSÃO

Diante do exposto, uma vez obedecido o trâmite legal e por estarem presentes todos os requisitos legais, opina-se pela **APROVAÇÃO** da presente **Emenda Modificativa** apresentada pela Comissão de Orçamento.


Sala das Comissões, em 26 de maio de 2015.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO PEDRO LUPION
RELATOR



APROVADO

26/05/15 



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Deputado Aníbal Khury

REQUERIMENTO



Adiada a discussão, na forma
do Regimento Interno.

Em, 20 MAIO 2015

1º Secretário

Requer Regime de Urgência
para a tramitação e votação
do Projeto de Lei nº 364/2015.

APROVADO
À Diretoria Legislativa.

Em, 25 MAIO 2015

1º Secretário

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, **REQUER**, após ouvido o Soberano Plenário, **REGIME DE URGÊNCIA** para o Projeto de Lei nº. 364/2015, o qual altera o objeto constante no Anexo XI do Plano de Aplicação da Lei nº 18.409, de 29 de dezembro de 2014.

Sala das Sessões, 19 de maio de 2015.

FERNANDO SCANAVACA
Deputado Estadual

Anote-se e encaminhe-se
Para Providências
DL, 26/05/15

14:57 26/05/2015 082681 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 364/15

Projeto de Lei nº. 364/2015

Autor: Deputado Fernando Scanavaca

Súmula: *Altera o objeto constante no Anexo XI do Plano de Aplicação da Lei n. 18.409 de 29 de dezembro de 2014.*

**EMENTA: ALTERAÇÃO DA LEI No 18.409/2014.
PARECER FAVORÁVEL.**

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, apresentado pelo Deputado Fernando Scanavaca, que dá nova redação o objeto constante no Anexo XI do Plano de Aplicação da Lei n. 18.409 de 29 de dezembro de 2014, fora detidamente analisado pela Comissão de Constituição e Justiça, bem como pela Comissão de Orçamento, e apesar de ter sofrido emenda modificativa nesta última, onde apenas alterou-se em seu artigo 1º o número de protocolo (de 244 para 841), recebeu parecer favorável em ambas Comissões, razão pela qual deve agora ser analisado nos exatos termos exigidos pelo Regimento Interno desta ALEP, em especial no seu art. 33-F.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação



FUNDAMENTAÇÃO

O Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, em seu art. 33-F, assim dispõe:

Art. 33-F. Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação manifestar-se sobre proposições relativas a obras públicas, seu uso e gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte e, sobre comunicação em geral.

Desta feita, o presente projeto de lei necessita de análise desta d. Comissão de Obras, Transportes e Comunicações.

O presente projeto de lei, assim como sua emenda modificativa visam apenas corrigir o objeto do Anexo XI da Lei 18.409/2014, o qual consta erroneamente na redação da lei.

Ocorre que, tal alteração não implicará em aumento de recursos, eis que já garantidos na referida lei.

Por fim, no que concerne à técnica legislativa atinente ao caso em comento, o projeto de Lei em análise não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar Federal nº 95/98, bem como, no âmbito estadual, da Lei Complementar nº 176/2014, as quais dispõem sobre a elaboração, redação, a alteração e a consolidação das leis.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação




CONCLUSÃO

Diante do exposto, é o presente parecer pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei nesta Comissão de Obras, Transportes e Comunicações, tendo em vista que nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação processual legislativa.

Sala das Comissões, 01 de junho de 2015.


Dep. Estadual Felipe Francischini

RELATOR


Dep. Estadual TIAO MEDEIROS

PRESIDENTE



